

JOGOS COOPERATIVOS COMO ESTRATÉGIA EXTENSIONISTA NA EAD: LAZER E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO À LUZ DO ODS 8

COOPERATIVE GAMES AS AN EXTENSION STRATEGY IN DISTANCE EDUCATION: LEISURE AND WORK VALORIZATION IN THE LIGHT OF SDG 8

JUEGOS COOPERATIVOS COMO ESTRATEGIA DE EXTENSIÓN EN LA EDUCACIÓN A DISTANCIA: OCIO Y VALORIZACIÓN DEL TRABAJO A LA LUZ DEL ODS 8

Fernanda Letícia de Souza¹
Luis Henrique Nazareth dos Santos²

Resumo

Este artigo abordou a integração entre universidade e sociedade por meio da curricularização da extensão, conforme a Resolução n.º 7/2018 do CNE. O foco foi a aplicação de práticas extensionistas inovadoras, como o projeto Arena Cultural e jogos cooperativos, alinhadas aos ODS da Agenda 2030 da ONU. O objetivo geral da pesquisa foi analisar estratégias baseadas em jogos cooperativos como ferramentas para promover bem-estar, integração social e valorização de trabalhadores em uma obra social, alinhados ao ODS 8 – trabalho decente e crescimento econômico. A metodologia adotada foi qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental. Foram utilizados descritores como “jogos cooperativos” e “ambiente laboral” em bases de dados, além da análise de documentos institucionais e de uma proposta de intervenção a ser aplicada em São Carlos (SP). Os resultados indicaram que os jogos cooperativos favorecem a convivência, a empatia e a corresponsabilidade, contribuindo para ambientes de trabalho mais saudáveis e inclusivos. A intervenção proposta envolveu atividades lúdicas que estimularam cooperação e reflexão entre os trabalhadores. Concluiu-se que a curricularização da extensão fortalece o compromisso social das instituições de ensino superior, promovendo formação integral e cidadã. Projetos como esse evidenciam o potencial transformador da extensão universitária na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Palavras-chave: curricularização; extensão; objetivos do desenvolvimento sustentável; jogos cooperativos.

Abstract

This article addressed the integration between university and society through the curricularization of extension, in accordance with Resolution No. 7/2018 of the National Education Council (CNE). The focus was on the implementation of innovative extension practices, such as the Arena Cultural project and cooperative games, aligned with the UN's 2030 Agenda Sustainable Development Goals (SDGs). The general objective of the research was to analyze strategies based on cooperative games as tools to promote well-being, social integration, and the appreciation of workers in a social organization, aligned with SDG 8 – Decent Work and Economic Growth. The methodology adopted was qualitative, involving bibliographic and documentary research. Descriptors such as “cooperative games” and “work environment” were used in databases, along with the analysis of institutional documents and an intervention proposal to be implemented in São Carlos (SP). The results indicated that cooperative games foster coexistence, empathy, and co-responsibility, contributing to healthier and more inclusive work environments. The proposed intervention involved playful activities that encouraged cooperation and reflection among workers. The study concluded that the curricularization of extension strengthens the social commitment of higher education institutions, promoting comprehensive and civic education. Projects like this highlight the transformative potential of university extension in building a more just and sustainable society.

Keywords: curricularization; extension; sustainable development goals; cooperative games.

Resumen

Este artículo abordó la integración entre la universidad y la sociedad a través de la curricularización de la extensión, conforme a la Resolución n.º 7/2018 del CNE. El enfoque fue la aplicación de prácticas extensionistas innovadoras,

¹ Professora dos cursos de bacharelado e licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Internacional - UNINTER

² Bacharelado em Educação Física pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER

como el proyecto *Arena Cultural* y juegos cooperativos, alineadas con los ODS de la Agenda 2030 de la ONU. El objetivo general de la investigación fue analizar estrategias basadas en juegos cooperativos como herramientas para promover el bienestar, la integración social y la valorización de trabajadores en una obra social, en consonancia con el ODS 8 – trabajo decente y crecimiento económico. La metodología adoptada fue cualitativa, con investigación bibliográfica y documental. Se utilizaron descriptores como “juegos cooperativos” y “ambiente laboral” en bases de datos, además del análisis de documentos institucionales y de una propuesta de intervención que se aplicará en São Carlos (SP). Los resultados indicaron que los juegos cooperativos favorecen la convivencia, la empatía y la corresponsabilidad, contribuyendo a ambientes laborales más saludables e inclusivos. La intervención propuesta incluyó actividades lúdicas que estimularon la cooperación y la reflexión entre los trabajadores. Se concluyó que la curricularización de la extensión fortalece el compromiso social de las instituciones de educación superior, promoviendo una formación integral y ciudadana. Proyectos como este evidencian el potencial transformador de la extensión universitaria en la construcción de una sociedad más justa y sostenible.

Palabras clave: curricularización; extensión; objetivos de desarrollo sostenible; juegos cooperativos.

1 Introdução

A integração entre universidade e sociedade tem se consolidado como um dos pilares fundamentais do ensino superior brasileiro, especialmente a partir da implementação da curricularização da extensão. Essa diretriz, regulamentada pela Resolução n.º 7/2018 do Conselho Nacional de Educação, estabelece a obrigatoriedade da inserção das atividades extensionistas nos currículos dos cursos de graduação, promovendo uma formação acadêmica mais conectada com as demandas sociais e com o desenvolvimento sustentável (Brasil, 2018). Nesse contexto, a extensão universitária deixa de ser uma atividade complementar para se tornar elemento central na formação cidadã, crítica e transformadora dos estudantes.

A relevância deste estudo reside na análise e aplicação de práticas extensionistas inovadoras, como o projeto *Arena Cultural* e a utilização de jogos cooperativos, articuladas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, com destaque para o ODS 8 – Trabalho Decente e Crecimiento Económico. Considerando os desafios contemporâneos do ambiente laboral, marcados por exigências crescentes de produtividade, competitividade e saúde ocupacional, torna-se fundamental investigar estratégias que promovam a integração social, o bem-estar e a valorização dos trabalhadores, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Diante desse cenário, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar estratégias extensionistas baseadas em jogos cooperativos, alinhadas ao ODS 8, como ferramentas para a promoção do bem-estar, da integração social e da valorização de trabalhadores em uma obra social. Para alcançar esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) compreender o processo de curricularização da extensão e sua importância para a formação acadêmica e cidadã; b) investigar o potencial dos jogos cooperativos como instrumentos de socialização, lazer e promoção da saúde no ambiente de trabalho.

Acredita-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para o fortalecimento do compromisso social das instituições de ensino superior, para a formação integral dos estudantes e para a promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis, inclusivos e sustentáveis.

2 Metodologia

O presente estudo foi de caráter qualitativo feito por meio de pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Cardoso e Batista “a pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (2024, p. 31). Para a busca de artigos e autores que embasaram o desenvolvimento do projeto de extensão foram utilizados os descritores: jogos cooperativos, relações sociais e ambiente laboral, em bases de dados e bibliotecas virtuais no período de janeiro a março de 2025.

Na pesquisa documental, foram consultados documentos da disciplina de atividades extensionistas de uma instituição de ensino superior (IES), como plano de ensino e manual de orientação, e analisada uma proposta de intervenção desenvolvida para a respectiva disciplina para implementação no ambiente laboral de uma obra social na cidade de São Carlos, estado de São Paulo.

3 Fundamentação teórica e desenvolvimento

3.1 A curricularização da extensão

A curricularização da extensão no ensino superior brasileiro representa um marco na consolidação do compromisso social das instituições de educação superior (IES), ao integrar de forma sistemática as atividades extensionistas à formação acadêmica dos estudantes. Essa integração é regulamentada pela Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece diretrizes para a extensão universitária, em consonância com a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 (Brasil, 2018).

A Resolução define a extensão como uma atividade que se articula com o ensino e a pesquisa, constituindo-se em um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade (Brasil, 2018, art. 3º). Essa concepção amplia o papel da universidade, que deixa de ser apenas um espaço de produção de conhecimento para se tornar também um agente ativo na transformação social.

Um dos principais dispositivos da Resolução é a obrigatoriedade de que no mínimo 10% da carga horária dos cursos de graduação seja composta por atividades de extensão, devidamente integradas à matriz curricular (Brasil, 2018, art. 4º). Essa exigência implicou uma reestruturação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) e dos Projetos Políticos Institucionais (PPIs), de modo a garantir que as atividades extensionistas estejam vinculadas à formação acadêmica e cidadã dos estudantes.

A curricularização da extensão também está fundamentada em princípios como a “interação dialógica com a sociedade, a formação cidadã, a produção de mudanças sociais e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 2018, art. 5º). Esses princípios orientam a prática extensionista como um espaço de aprendizagem significativa, que valoriza o conhecimento construído em contextos reais e promove o desenvolvimento de competências críticas e éticas.

As atividades de extensão podem se manifestar em diversas modalidades, como programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços, desde que envolvam diretamente comunidades externas às instituições de ensino superior e estejam vinculadas à formação dos estudantes (Brasil, 2018, art. 8º). Essa diversidade de formatos permite que as instituições adaptem suas ações às demandas locais e regionais, fortalecendo o papel da universidade como promotora de desenvolvimento social.

A Resolução também estabelece critérios para a avaliação e registro das atividades extensionistas, tanto no âmbito institucional quanto nos processos de avaliação externa conduzidos pelo INEP/MEC. A autoavaliação deve considerar a pertinência das atividades, sua contribuição para os objetivos institucionais e os resultados alcançados junto ao público participante (Brasil, 2018, arts. 10-12). Além disso, as atividades devem ser registradas na documentação dos estudantes, como forma de reconhecimento formativo (Brasil, 2018, art. 16).

A resolução traz ainda orientações específicas sobre as atividades de extensão nos cursos de graduação na modalidade EAD:

Nos cursos superiores, na modalidade a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas, presencialmente, em região compatível com o polo de apoio presencial, no qual o estudante esteja matriculado, observando-se, no que couber, as demais regulamentações, previstas no ordenamento próprio para oferta de educação a distância (Brasil, 2018, art. 9º).

A curricularização da extensão representa uma mudança paradigmática no ensino superior brasileiro, ao consolidar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e ao reafirmar o compromisso das instituições de ensino com a transformação social. A

implementação das diretrizes estabelecidas pela Resolução n.º 7/2018 exige planejamento, investimento e engajamento institucional, mas oferece uma oportunidade única de fortalecer a formação integral dos estudantes e de ampliar o impacto da universidade na sociedade.

3.2 Atividades Extensionistas nos cursos de graduação em Educação Física na modalidade EAD – Projeto Arena Cultural

O projeto Arena Cultural se configura como uma proposta extensionista voltada à promoção de transformações sociais, fundamentada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A iniciativa busca articular ensino, pesquisa e extensão, estimulando o protagonismo estudantil e a atuação direta na comunidade, com vistas à construção de um mundo mais justo, próspero e sustentável (UNINTER, 2024).

Segundo o manual do projeto, “o Arena Cultural se configura como um espaço das manifestações populares por intermédio da música, da motricidade – representada no esporte, na ginástica, nas lutas, nos jogos e brincadeiras populares – e das artes” (UNINTER, 2024, p, 4). O estudante é chamado a atuar como agente de transformação, promovendo intervenções alinhadas às demandas da comunidade em que está inserido e em sintonia com os ODS e as dimensões do desenvolvimento sustentável, social, ambiental e econômico.

Alinhados às Diretrizes para a Extensão, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade e aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), o projeto Arena Cultural tem como objetivos:

Aproximar os alunos das comunidades externas, situadas no espaço de vivência do participante, distribuídas dentro e fora do território nacional; contribuir para que os alunos e a comunidade externa se desenvolvam mutuamente, por meio do diagnóstico e da proposição de ações ligadas às manifestações populares; e aplicar conceitos assimilados nos conteúdos das diversas disciplinas dos cursos, identificando a relevância da sua intervenção para a realidade local (UNINTER, 2024, p. 5).

A metodologia do Arena Cultural é pautada pela aplicação da teoria em situações práticas, com intervenções fundamentadas em diagnósticos da realidade local. O projeto valoriza a interdisciplinaridade e o intercâmbio de ideias entre polos, professores e estudantes, promovendo uma formação ampla e crítica (UNINTER, 2024).

Essa estrutura visa garantir que o estudante compreenda o ODS selecionado, desenvolva habilidades para estruturar e aplicar projetos educativos, adote atitudes transformadoras, conduza práticas profissionais com responsabilidade social e seja sensibilizado para questões sociais relevantes.

A fim de alcançar os objetivos propostos, o Projeto de Extensão Arena Cultural é desenvolvido pelos estudantes em três etapas sequenciais, cada uma delas com procedimentos e objetivos específicos:

- **Diagnóstico:** o diagnóstico consiste no levantamento detalhado de uma situação real da comunidade, com o objetivo de identificar necessidades e subsidiar o planejamento da intervenção. Para isso, o estudante deve coletar informações, analisar dados, identificar problemas e elencar possíveis ações. O diagnóstico é realizado antes de qualquer ação, sendo fundamental para garantir a pertinência e a efetividade da intervenção (UNINTER, 2024). Nessa etapa, o estudante é convidado a estudar a sua comunidade, se aprofundando na sua realidade locorregional e descobrindo demandas nas quais ele possa intervir aliando seus conhecimentos acadêmicos à sua prática profissional.
- **Proposta de Ação/Intervenção:** nessa etapa, o estudante elabora uma proposta da sua intervenção. Uma proposta de ação se enquadra na mesma ideia de projeto, ou seja, há diversos procedimentos que precisam ser realizados, em sequência, e que denotam uma vontade, um desejo de realizar algo futuro. A visão de projeto é essencial para se estipular prazos, custos, recursos necessários – físicos, materiais, financeiros, pessoais – e objetivos (UNINTER, 2024). A proposta é estruturada em: introdução, justificativa, público-alvo, estrutura e recursos materiais, objetivos e um cronograma de atividades, e referências.
- **Aplicação e Relatório de Evidências:** após a aprovação da proposta, o estudante aplica a intervenção na comunidade, seguindo o planejamento e o roteiro estabelecidos. É necessário registrar evidências da ação, como fotos (mínimo de seis), lista de presença assinada pelos participantes e demais documentos comprobatórios para elaboração de relatório de evidências (UNINTER, 2024).

O projeto Arena Cultural representa uma oportunidade de formação integral, aproximando o estudante da realidade social e promovendo o desenvolvimento de competências essenciais para a atuação profissional e cidadã. Ao cumprir as etapas do diagnóstico, proposta de intervenção e aplicação com relatório de evidências, o estudante contribui para a transformação da comunidade, atuando de forma direta na sua realidade local.

3.3 Agenda 2030 da ONU e o ODS 8 – trabalho decente e crescimento econômico

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 como um plano de ação global para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir paz e prosperidade para todos até o ano de 2030. Essa agenda é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que abrangem áreas fundamentais como saúde, educação, igualdade de gênero, trabalho e crescimento econômico.

Os ODS representam um esforço coletivo e universal, envolvendo governos, setor privado, sociedade civil e cidadãos. Eles são interdependentes e visam equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento. A ONU destaca que os objetivos e metas estimulam a ação para os próximos 15 anos em áreas essenciais para a humanidade e para o planeta (Nações Unidas Brasil, 2015).

Fundamentada em princípios como a dignidade humana, a igualdade de gênero e os direitos humanos, a Agenda 2030 busca garantir que ninguém seja deixado para trás (Nações Unidas Brasil, 2015). Nesse contexto, o ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico – assume papel central ao tratar das condições laborais e da promoção de um crescimento econômico inclusivo e sustentável.

O ODS 8 tem como objetivo “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos” (Nações Unidas Brasil, 2025, s. p.). Esse objetivo reconhece que o trabalho é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e social, e que condições laborais dignas são essenciais para a construção de sociedades justas e equitativas. Entre as metas específicas do ODS 8, destacam-se:

Meta 8.5: Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, com remuneração igual para trabalho de igual valor; [...] Meta 8.7: Erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e eliminar as piores formas de trabalho infantil; [...] Meta 8.8: Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo migrantes e pessoas em empregos precários (Nações Unidas Brasil, 2025, s. p.).

Essas metas refletem preocupações globais com a precarização do trabalho, o desemprego juvenil, a informalidade, exploração laboral e a promoção de ambientes de trabalho dignos. No Brasil, essas questões são particularmente relevantes, considerando os altos índices de informalidade e desigualdade no mercado de trabalho. A promoção de políticas públicas que

incentivem a formalização, a capacitação profissional e a inclusão de grupos vulneráveis é essencial para o cumprimento do ODS 8.

Além disso, o ODS 8 também está relacionado à inovação e à produtividade econômica. Uma de suas metas propõe atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, o que implica em investimentos em educação, ciência e tecnologia, bem como em infraestrutura e apoio às micro, pequenas e médias empresas.

A ONU enfatiza que o crescimento econômico deve estar dissociado da degradação ambiental, promovendo uma economia verde e sustentável. Portanto, o ODS 8 não trata apenas de gerar empregos, mas de garantir que esses empregos sejam dignos, seguros e sustentáveis.

3.4 Jogos cooperativos e socialização

A sociedade contemporânea, marcada por transformações rápidas e desafios crescentes de convivência, demanda novas formas de interação e aprendizagem social. Nesse contexto, os jogos cooperativos emergem como uma proposta pedagógica e filosófica capaz de promover valores como solidariedade, respeito mútuo e corresponsabilidade, contribuindo para a construção de relações sociais mais saudáveis e inclusivas (Brotto, 1999).

Os jogos cooperativos se diferenciam dos jogos tradicionais por sua ênfase na colaboração em vez da competição. Brotto (1999) os define como atividades estruturadas em que os participantes jogam uns com os outros, e não uns contra os outros, buscando superar desafios coletivos e valorizar o processo de participação, inclusão e diversão. Segundo o autor, “joga-se para superar desafios e não para derrotar os outros; joga-se para se gostar do jogo, pelo prazer de jogar” (Brotto, 1999, p. 76).

Essa perspectiva é corroborada por Brown (1994, *apud* Brotto, 1999), que destaca que os jogos cooperativos promovem a autoestima e o desenvolvimento de habilidades interpessoais positivas, sendo frequentemente utilizados para prevenir problemas sociais antes que se tornem reais. Além disso, nesses jogos “todos podem participar autenticamente, onde ganhar e perder são apenas referências para o contínuo aperfeiçoamento pessoal e coletivo” (Brotto, 1999, p. 77).

A relação entre jogos cooperativos e a construção das relações sociais é central na literatura. Brotto (1999) argumenta que a convivência é uma condição inevitável da vida cotidiana e que, ao melhorar a qualidade das relações interpessoais e sociais, as competências para gerar soluções benéficas para problemas comuns e para a qualidade de vida coletiva são

aprimoradas. O autor enfatiza ainda que, dentre as várias dimensões de convivência oportunizadas pelos jogos se destaca:

[...] aquela que nos permite aperfeiçoar a convivência com os outros existentes dentro de nós mesmos. Cuidar 15 desse relacionamento íntimo, procurando conhecer, aceitar e dinamizar harmoniosamente os aspectos da nossa própria personalidade, é uma das principais atenções sinalizadas pelos jogos cooperativos [...] (Brotto, 1999, p. 14-15).

Nos jogos cooperativos, a interação plena e interdependente de todas as dimensões do ser humano — física, emocional, mental e espiritual — é estimulada, promovendo o diálogo, a empatia e a corresponsabilidade (Brotto, 1999). Essa abordagem favorece a formação de grupos mais coesos, nos quais a diversidade é valorizada e as diferenças são vistas como potencialidades para o coletivo.

Segundo Cavalcante (2021), os jogos cooperativos contribuem para a formação de sujeitos críticos e participativos, pois “ao vivenciar situações em que o sucesso depende do grupo, o indivíduo aprende a valorizar o outro, a respeitar limites e a negociar soluções” (Cavalcante, 2021, p. 37). Essa aprendizagem social é fundamental para a construção de uma cultura de paz e de respeito às diferenças.

Os princípios dos jogos cooperativos — participação, inclusão, diversão e cooperação — são essenciais para a promoção de ambientes educativos mais democráticos e igualitários (Brotto, 1999). De acordo com Brandl Neto e Lima (2002), os jogos cooperativos apresentam várias diversas características libertadoras, que embasam e estimulam o trabalho em grupo: eles libertam da competição, incentivando a participação de todos para o alcance de um objetivo comum; eles libertam da eliminação, buscando uma integração na qual todos são vencedores; eles libertam para a criatividade, apresentando regras mais flexíveis pelas quais todos podem contribuir para mudar o jogo; e, por fim, eles libertam da agressão física, conduzindo todos a trabalharem juntos, ou seja, não deixando espaço para brigas.

Além disso, os jogos cooperativos desafiam a lógica do individualismo e da competição exacerbada, predominante na sociedade ocidental, propondo uma alternativa baseada na ética da cooperação e na busca do bem-estar comum (Brotto, 1999). Essa mudança de paradigma é fundamental para a formação de cidadãos mais conscientes de seu papel social e comprometidos com a construção de relações mais justas e solidárias.

4 Resultados e discussão

4.1 Projeto jogos cooperativos como estratégia de lazer e valorização do trabalho em uma obra social

O ambiente de trabalho contemporâneo é marcado por múltiplas exigências, pressões por produtividade e competitividade, fatores que podem impactar negativamente a saúde física e mental dos trabalhadores. Nesse contexto, se torna essencial buscar alternativas que promovam a integração social, a motivação e a melhoria do clima organizacional. Entre essas alternativas, os jogos cooperativos se destacam como práticas corporais capazes de gerar experiências significativas de cooperação, solidariedade e pertencimento.

Brotto (2001) define os jogos cooperativos como atividades lúdicas em que o foco não está na disputa, mas sim na colaboração entre os participantes, estimulando relações de confiança, empatia e corresponsabilidade. Nessa perspectiva, o importante não é competir, mas sim cooperar, ou seja, quando o jogo é orientado para a coletividade, ele pode transformar relações sociais e estimular valores humanos fundamentais.

Ao serem aplicados em ambientes laborais, os jogos cooperativos transcendem o caráter recreativo, funcionando como estratégias de intervenção que fortalecem a comunicação, o respeito mútuo e o espírito de equipe da empresa. Segundo Marcellino (2006), o lazer, quando inserido no cotidiano de trabalhadores, assume papel fundamental na redução do estresse e no fortalecimento de vínculos sociais podendo, inclusive, contribuir para o aumento da produtividade de forma saudável e sustentável.

Além disso, a literatura aponta que os jogos cooperativos podem favorecer o desenvolvimento de competências socioemocionais relevantes para o ambiente de trabalho, como liderança compartilhada, tomada de decisão coletiva e resolução de conflitos (Schwartz, 2010). Essas competências são fundamentais para a construção de equipes coesas e para a manutenção de um clima organizacional positivo, reduzindo tensões e potencializando a eficiência dos processos internos.

Portanto, os jogos cooperativos devem ser compreendidos não apenas como ferramentas pedagógicas ou recreativas, mas como práticas transformadoras no ambiente de trabalho. Ao estimular a cooperação, o respeito e a valorização do coletivo, contribuem para a promoção da saúde ocupacional, para a consolidação de equipes mais engajadas e para a criação de uma cultura organizacional voltada ao bem-estar e à sustentabilidade humana. De acordo com Schwartz (2010), no meio corporativo a cooperação passa de uma simples estratégia de jogo

para um princípio de convivência que, quando cultivado, transforma ambientes e fortalece as relações sociais.

O “Projeto Jogos Cooperativos como Estratégia de Lazer e Valorização do Trabalho em uma Obra Social” surge como uma proposta de aliar o conceito de jogos cooperativos ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, que defende a promoção de ambientes de trabalho mais dignos, inclusivos e saudáveis, além de atender ao cumprimento da disciplina de atividades extensionistas do curso de graduação em Educação Física, na modalidade EAD.

O projeto tem como objetivo geral, promover o bem-estar e a valorização dos trabalhadores de uma obra social por meio de jogos cooperativos, em alinhamento com o ODS 8 e, como objetivos específicos, estimular a cooperação e a solidariedade entre os funcionários, fortalecendo relações interpessoais no ambiente laboral; proporcionar experiências de lazer que contribuam para a redução do estresse e para o bem-estar físico e emocional; e favorecer a consciência sobre a importância da integração e do respeito mútuo para a construção de um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo (Santos, 2025).

De acordo com Santos (2025), a intervenção será aplicada para funcionários de uma obra social dos setores administrativo, assistencial e operacional, no período da tarde, envolvendo as seguintes atividades:

- Atividade 1 – Rede Humana (Quebra-gelo): em círculo, cada participante segura as mãos de duas pessoas diferentes, formando um “nó humano”. O grupo deve se organizar para desfazer o nó sem soltar as mãos. O objetivo é estimular a cooperação, a paciência e a comunicação.
- Atividade 2 – Transporte Solidário: em grupos, os participantes devem transportar uma bola usando apenas cordas presas em volta dela, sem deixá-la cair. O objetivo é desenvolver coordenação coletiva, planejamento e colaboração.
- Atividade 3 – Corrida Cooperativa: em duplas ou trios, os participantes têm uma das pernas amarradas umas às outras e precisam percorrer um trajeto juntos. O objetivo é trabalhar sincronia, confiança e espírito de equipe.
- Atividade 4 – História Coletiva em Movimento: em roda, cada participante conta um trecho de uma história, acrescentando um gesto ou movimento corporal. O próximo deve repetir todos os anteriores e incluir o seu. O objetivo é incentivar a criatividade, a memória coletiva e a valorização das diferentes contribuições individuais.

- Atividade 5 – Roda de Conversa: para finalizar, os participantes serão convidados a fazer uma reflexão sobre a experiência e a compartilhar os seus sentimentos e aprendizados com o grupo.

Dessa forma, ao proporcionar momentos de integração, bem-estar e valorização dos trabalhadores por meio da aplicação de jogos cooperativos, o projeto pretende contribuir diretamente para o fortalecimento da perspectiva de que investir em qualidade de vida no trabalho é investir em crescimento humano e social.

Projetos de intervenção voltados a trabalhadores de diferentes setores, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social, representam uma ação concreta de valorização do ser humano, de fortalecimento das relações interpessoais e de alinhamento com os compromissos globais da Agenda 2030.

5 Considerações finais

A curricularização da extensão no ensino superior brasileiro representa um avanço significativo na consolidação do compromisso social das instituições de ensino, ao integrar de forma efetiva a formação acadêmica com as demandas e realidades da sociedade. A experiência relatada neste artigo, por meio do projeto “Jogos Cooperativos como Estratégia de Lazer e Valorização do Trabalho em uma Obra Social”, evidencia o potencial transformador das atividades extensionistas, especialmente quando articuladas a práticas pedagógicas inovadoras e alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Ao promover a aproximação entre universidade e comunidade, a extensão universitária possibilita a vivência de situações reais, o desenvolvimento de competências socioemocionais e a formação de sujeitos críticos, participativos e comprometidos com a transformação social. O projeto Arena Cultural e a intervenção com jogos cooperativos demonstram que é possível construir ambientes de aprendizagem mais democráticos, inclusivos e colaborativos, nos quais o lazer e a cooperação são valorizados como instrumentos de promoção do bem-estar, da saúde ocupacional e do fortalecimento das relações interpessoais no ambiente de trabalho.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, aliada à adoção de metodologias ativas e à valorização do protagonismo estudantil, contribui para a formação integral dos futuros profissionais, tornando-os mais sensíveis às questões sociais e preparados para atuar em contextos diversos e desafiadores. Além disso, ao alinhar as ações extensionistas ao ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, o projeto reforça o papel da universidade como

agente de desenvolvimento sustentável, capaz de impactar positivamente a vida das pessoas e das comunidades.

Por fim, destaca-se que a implementação de projetos extensionistas baseados em jogos cooperativos não apenas favorece a integração e o bem-estar dos trabalhadores, mas também contribui para a construção de uma cultura organizacional pautada na solidariedade, no respeito mútuo e na valorização do coletivo. Tais iniciativas são fundamentais para o fortalecimento do compromisso social da universidade e para a promoção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

Referências

BRANDL NETO, I.; LIMA, P. M. S. Jogos cooperativos. **Caderno de Educação Física: estudos e reflexões**, Marechal Cândido Rondon, v. 4, n. 8, p. 107-118, 2002. DOI: 10.36453/cefe.2001.v4.i8.p107. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/1339>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Superior. **Resolução n.º 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 27 jan. 2026.

BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, SP: [s.n.], 1999. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1999.188899>. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=470656&tipoMidia=0>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar**. Santos: Projeto Cooperação, 2001.

CARDOSO, J. P. T.; BATISTA, G. A. A pesquisa documental no âmbito das políticas educacionais: conceitos e discussões. **Cadernos da Fucamp**, v. 29, p. 30-43, 2024. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3429/2161>. Acesso em: 27 jan. 2026.

CAVALCANTE, A. S. F. F. **A utilização de jogos cooperativos como processo de mediação com intervenção lúdica de sociabilização e inclusão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Educação Física e Esportes, Curso de Educação Física, Fortaleza, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/64061/1/2021_tcc_asffcavalcante.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Autores Associados, 2006.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, 2025. Metas dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/10>. Acesso em: 15 de jul., 2025.

SANTOS, L. H. N. **Proposta de intervenção**: Jogos cooperativos como estratégia de lazer e valorização do trabalho em uma obra social. São Carlos-SP: Atividades extensionistas – diversidade profissional, social e cultural, 2025.

SCHWARTZ, G. M. **Lazer e jogos cooperativos**: práticas para a inclusão e transformação social. São Paulo: Phorte, 2010.

UNINTER – Centro Universitário Internacional. **Manual Arena Cultural**. Curitiba: UNINTER, 2024.

Data de submissão: 13/10/2025

Data de aceite: 13/11/2025